

CRÜSEMANN, Frank. *Preservação da Liberdade. O Decálogo numa Perspectiva Histórico-Social*. Editora Sinodal/CEBI, 88 p.

Este livrinho é importante para a compreensão do Decálogo em sua formulação original. A obra se insere dentro de uma proposta de leitura histórico-sociológica, que vem completar nosso acervo sobre os Dez Mandamentos.

O autor parte da constatação de que o Decálogo vive “anos dourados”. Existem hoje muitas tentativas de atualizá-lo. Há até quem queira, com sua ajuda, obter uma ética cristã ou até mesmo “valores fundamentais” para nossa atualidade. A proposta do autor é situar o Decálogo histórica e sociologicamente na época do seu surgimento e interpretar os Dez Mandamentos nesse seu contexto original.

Na introdução (p. 7-14), F. Crüsemann destaca a importância do Decálogo dentro do conjunto de textos legais do Antigo Testamento. Relativiza, porém, as tentativas de ver nele uma espécie de “supra-sumo” da ética vétero-testamentária, uma vez que no Decálogo falta uma série de temas como o comportamento em relação a pessoas injustiçadas e marginalizadas, o engajamento pelos pobres, viúvas, órfãos e migrantes etc., temas tão centrais no Código da Aliança (Êxodo 20,22-23,19) e no Deuteronômio (Deuteronômio 12-26). Assim, o autor levanta a pergunta sobre o tema do Decálogo, isto é, a perspectiva sob a qual estes mandamentos foram agrupados.

No capítulo I (p. 15-24), o autor levanta a pergunta sobre a época em que surgiu o Decálogo. Ele descarta uma datação para a época pré-estatal de Israel. Após discutir várias hipóteses, afirma que o Decálogo pertence à época tardia da monarquia em Israel. É um produto da época entre Oséias (aprox. 750 aC) e o Deuteronômio (cerca de 620 aC); historicamente, entre a destruição do Reino do Norte e a Reforma de Josias.

No capítulo II (p. 25-31), Crüsemann discute a pergunta sobre os destinatários do Decálogo na época do seu surgimento. Ele define o “tu” dos mandamentos como dirigido à classe dos israelitas livres, proprietários de terra e chefes de uma

casa patriarcal. Estes são, segundo o autor, os destinatários originais dos dez mandamentos.

No capítulo III (p. 32-35), o autor destaca que as leis propriamente ditas do Decálogo são antecedidas por um breve "prólogo", no qual Deus se apresenta como aquele que tirou o seu povo do Egito, da casa da servidão (Êxodo 20,2). Levanta a pergunta sobre o significado deste prólogo para os destinatários dos mandamentos. Crüsemann afirma que aqui Deus se revela como um Deus da libertação dos endereçados. Nesta relação com Deus está baseada a liberdade e a vida dos destinatários. A relação com Deus não está baseada em conceito de dominação, mas de liberdade. Portanto, o prólogo significa que os mandamentos foram agrupados sob o tema da preservação da liberdade dos seus destinatários.

No capítulo IV (p. 36-67), F. Crüsemann analisa os mandamentos, um por um, perguntando o que eles significam para os destinatários e como se pode determinar uma ligação de conteúdo entre eles e o prólogo. É a parte mais extensa do livro, uma parte essencial para a pesquisa exegética e a compreensão literal do texto dos mandamentos. Segundo o autor, os três primeiros mandamentos são dedicados à relação com Javé, portanto ao Deus ao qual os destinatários devem o seu *status* de liberdade. Os outros sete mandamentos procuram assegurar, por um código de respeito e observância mútua, a base da liberdade de cada um dos israelitas livres, proprietários e chefes de família. Estes mandamentos foram formulados em uma perspectiva androcêntrica, dentro da estrutura patriarcal da época. Desta forma, mulher, filhos e filhas, servos e servas, são descritos como "objetos" da decisão dos destinatários em observar estes mandamentos.

Na parte final de seu livro (p. 69-74), Frank Crüsemann tenta formular algumas conseqüências para uma recepção do Decálogo em tempos atuais.

O autor é professor de Antigo Testamento na Escola Superior de Teologia Bethel, em Bielefeld, na Alemanha. É um dos mais destacados exegetas europeus, afinados com a hermenêutica da libertação, que procura ler a Bíblia histórica e socialmente a partir das perguntas concretas de seu contexto social.

Além do livro aqui apresentado, o autor lançou recentemente uma obra volumosa e valiosíssima sobre "A Torá – Teologia e História Social das Leis vétero-testamentárias" (*Die Tora. Theologie und Sozialgeschichte des alttestamentlichen Gesetzes*, Munique, Chr. Kaiser, 1992, 496 p.). Esta obra mereceria ter maior recepção em nosso contexto.

Haroldo Reimer

RICHARD, Pablo. *Apocalipse – Reconstrução da Esperança*, Vozes, Petrópolis, 1996.

A Igreja latino-americana, com esta obra, ganha um subsídio para a sua caminhada de libertação, ganha incentivo para poder reconstruir a sua esperança utópica, soterrada, às vezes, pelas situações conflitantes com o ideal humano e divino. Só a Bíblia, Palavra de Deus, é capaz de nos conduzir a este caminho. E é justamente ela que, mais uma vez, nos é proposta como força na realização do

Reino de Deus. O *Sitz im Leben* para tal hermenêutica é o movimento apocalíptico em geral e o Apocalipse de João em particular.

Pablo Richard é chileno e atualmente mora em Costa Rica, onde é coordenador do Departamento Ecumênico de Investigações e catedrático em Sagrada Escritura na Universidade Nacional de Heredia.

A obra é fruto do consórcio entre ciência pastoral, pesquisa e vida, ambientes distintos, porém convergentes. Trata-se de um trabalho científico produzido a partir da perspectiva dos oprimidos, que proporciona um salto importante no tocante à hermenêutica da libertação.

Richard apresenta o seu trabalho em oito capítulos. Esses capítulos podem ser enquadrados em duas partes: na primeira, o autor faz uma introdução geral ao Apocalipse (cap. I) e na segunda (cap. II-VIII), um comentário a todo o livro de João. No capítulo I são consideradas três chaves para entender melhor o Apocalipse. A primeira delas é a chave histórica. Acentua-se a passagem da profecia para a apocalíptica, acontecida após o exílio, e a diferença fundamental existente entre os dois estilos: o profeta atua dentro da realidade existente e o apocalíptico condena a realidade existente, almejando a criação de outra transformada. Dentro dessa dinâmica é situado o "movimento de Jesus" e da Igreja, que sintetizaram a tradição profética e a tradição apocalíptica, propondo um Deus da história, diferente do Deus cósmico filosófico. A segunda chave para a leitura do Apocalipse é sociológica. Sob este aspecto sublinha-se o movimento apocalíptico como expressão de um grupo oprimido e, no caso de João, não fundamentalmente pela perseguição, mas pela exclusão econômico-cultural-religiosa e política. Sentindo-se excluído, o apocalíptico cria um universo simbólico, alternativo àquele que está vivendo. Por último, Richard sugere chaves literárias e estruturais para entender o Apocalipse. Para o exegeta, João criou uma estrutura concêntrica na qual apresenta uma visão profética da realidade, o tempo atual (*kairós*) e a intervenção divina.

Com estas três chaves abre-se a porta e entra-se no texto de João (cap. II-VIII). Estes sete capítulos têm uma mesma estrutura: introdução à leitura e estrutura do texto do Apocalipse, além de pistas de interpretação. Richard sugere para cada parte uma estrutura orgânica que, por si mesma, tem uma mensagem a transmitir. O comentário é sempre comprometedor e desafiante, científico sem ser árido, tradicional, porém crítico.

É impressionante a curiosidade do povo diante do Apocalipse. Quem estuda a Bíblia pela primeira vez aponta sempre como objetivo aprender a ler o Apocalipse. Provavelmente eles vêem latente no livro uma mensagem para o nosso mundo. E ela existe. É justamente isso que Pablo Richard transmite no seu comentário. Como no tempo em que foi escrito o livro bíblico, hoje o povo vive excluído, no caos da marginalidade. Aí aparece o Apocalipse como resposta à necessidade de reconstruir a consciência a fim de possibilitar a instauração dum mundo diferente. É mister, todavia, desmascarar a errônea e clássica interpretação que considera a apocalíptica como uma escatologia extramundana, cósmica, fora da história, à margem das mudanças sociais e políticas. O Apocalipse de João não fala da segunda vinda de Cristo. Jesus vem para lutar na comunidade cristã contra as bestas no tempo presente!

Tudo isso e muito mais está neste excelente livro de Richard. No livro, o povo que luta tem um ótimo ponto de referência e os exegetas um desafio: a leitura encarnada da Bíblia. Quem ama a Palavra de Deus não pode deixar de ler esta obra; ela nos provoca e compromete.

Luiz da Rosa
Rua dos Tamarindos, s/n
Campos Elíseos
25215-160 Duque de Caxias, RJ

TEPE, Valfredo. *Para que tanto sofrimento?* Petrópolis, Editora Vozes, 1996, 204 p.

Quando se aborda o tema da vida das pessoas, hoje ameaçada de tantas formas, surge automaticamente a pergunta sobre o sentido do sofrimento humano. É o problema insolúvel da teodicéia, isto é, da tentativa de conciliar a experiência do mal com a bondade do Deus criador. Por isso é bem-vinda esta obra de Valfredo Tepe sobre o sentido do sofrimento humano, que vamos apresentar neste número de Estudos Bíblicos, onde se recolhem reflexões bíblicas sobre a vida. O autor é um franciscano, bispo católico da Diocese de Ilhéus, BA, aposentado desde 1995. Já há muitos anos Valfredo Tepe vem se dedicando ao tema do sofrimento humano, seja escrevendo (veja sua obra *O sentida da vida*, com várias edições), seja no contato diário com o sofrimento das pessoas. A experiência pastoral, enriquecida pelos seus 53 anos de sacerdote e 28 anos de bispo, torna esta obra mais do que uma simples reflexão intelectual. Trata-se de um texto profundamente solidário com o sofrimento concreto e existencial de inúmeros sofredores e sofredoras, encontrados pelo autor durante sua vida de pastor.

Para tratar do tema do sofrimento humano o autor recorre à psicologia, à filosofia, à teodicéia, à teologia cristã e à tradição católica. Mas o que chama sobretudo a atenção são as contínuas citações de textos bíblicos do Antigo e do Novo Testamento.

Para introduzir o tema do sofrimento, o autor lembra a tentativa budista, que procura resolver o problema do sofrimento sem entrar em luta com Deus. Buda não introduz a Deus nesta questão. O sofrimento se explica pela multiplicidade conflitiva dos desejos humanos. O caminho da libertação do sofrimento estaria na renúncia a todos os desejos humanos: eliminação do afeto, do amor, da vida, enfim. Outra tentativa é eliminar todo sofrimento humano construindo um paraíso terrestre, abstraindo totalmente de Deus. A tradição judaica e cristã não consegue abstrair Deus quando discute a questão do mal no mundo. E quando se mexe com o problema do mal no mundo há sempre o perigo de se cair na tentação da revolta contra Deus. Tratar do enigma da dor e do sofrimento humano é entrar, a exemplo de Jacó, em luta misteriosa e noturna com Deus. É verdade que deste combate Jacó sai manco, mas abençoado por Deus. “Manco – diz o autor – porque marcado pela frustração de não chegar ao pleno conhecimento. Abençoado, porque capaz de continuar a vida sem revolta” (p. 9). É no diálogo com Deus que devemos resolver o problema do sofrimento.

O que leva o autor a tratar do problema do sofrimento, apesar da tentação da revolta, é o amor: “O amor a Deus incompreendido na sua obra; o amor aos irmãos sofredores que se debatem em suas dúvidas e angústias” (p. 10).

A obra se divide em três partes: I. Para que tanto sofrimento? – II. A lamentação da humanidade. – III. A resposta de Deus.

Com felicidade o autor faz preceder o estudo do tema do sofrimento por este capítulo introdutório sobre o ascetismo. Há, sem dúvida, deformações dolorosas na ascese cristã, que parecem abafar a alegria de viver, em meio a uma humanidade já tão sofrida. Com razão o autor denuncia um ascetismo masoquista de tipo legalista e farisaico, já criticado por Jesus. Há também um ascetismo preventivo, que se aproxima da virtude da prudência. Uma prudência que não deve inibir a vida mas protegê-la. O autor defende aqui uma posição de equilíbrio: “Nem repressão total do prazer, nem dependência escravizada do prazer”. E confessa que “falta-nos uma *teologia do prazer*, intimamente ligada à teologia da criação... Precisa-se justificar o que é positivo: a corporalidade, a experiência da satisfação, do prazer, não são pecaminosas em si. O Criador colocou tudo isto na criação e viu *que tudo era bom*. O lema na vida não pode ser a renúncia total, o ascetismo profilático radical: *não peques, não proves, não toques* (Cl 2,21). Antes: *provai tudo e fidei com o que é bom* (1Ts 5,21) (p. 25). Deve-se excluir, diz o autor, todo ascetismo mórbido da vida cristã, isto é, um ascetismo masoquista, destrutivo da própria vida. Pois “a glória de Deus é o homem vivo” como diz S. Irineu. Deus não é um Baal, que exige a autoflagelação (1Rs 18,28).

A estas formas negativas de ascese o autor contrapõe as formas positivas, como a ascese humanista, dosada pelas virtudes da prudência, da justiça, da fortaleza e da temperança; recomenda os três caminhos da ascese cristã: os conselhos evangélicos, as bem-aventuranças e a mística da cruz. O autor postula um equilíbrio entre a alegria de viver (que é o motor) e a ascese necessária (o freio indispensável). Vê, por exemplo, a temperança (isto é, a maneira equilibrada de usar dos bens e do prazer) como a ascese universalmente necessária para fechar a brecha entre ricos e pobres, entre o Primeiro e o Terceiro Mundos (p. 30).

Na segunda parte, intitulada “A lamentação da humanidade”, o autor se parece com o Jó da Bíblia. Não o Jó conformado com o sofrimento, do início do livro, ou o Jó recompensado, do final do livro, mas com o Jó questionador, revoltado e até blasfemo ante o injusto e desmedido sofrimento humano. É uma lamentação sincera diante de Deus, um diálogo questionador com o Criador, uma verdadeira oração de lamentação, a exemplo de tantas orações do Livro dos Salmos. Valfredo Tepe defende o direito e a necessidade de nos lamentarmos diante de Deus: “Se por medo ou reverência não mais reclamamos, não nos lamentamos, não questionamos o sofrimento perante o próprio Deus, Ele sumirá do nosso horizonte, onde o mal e o sofrimento ocupam um espaço tão expressivo. No vazio entram os demiurgos, os orixás ou os santos, a quem se recorre para ficar livre do mal. E Deus desaparece da experiência religiosa. Quem reza constantemente os salmos não desaprende de se lamentar diante de Deus. A lamentação é a forma de manter o diálogo com Deus, nas horas de dor e de angústia. Lamentemo-nos com Jó, a quem Deus ouviu e justificou enquanto repreendeu os amigos dele que queriam

convencê-lo de ser o seu sofrimento apenas castigo por culpas ocultas” (p. 52). Este capítulo todo é perpassado de perguntas sem uma resposta que satisfaça a quem busca uma explicação para o problema do sofrimento humano. Tepe conclui o seu capítulo de lamentações afirmando o seguinte: “Diante do sofrimento no mundo, toda pesquisa e todo questionamento que partem do homem erram desde o início: não encontram solução. É preciso partir de Deus, do Deus trinitário e seu desígnio misterioso” (p. 102).

É o que procura fazer na terceira parte do livro, onde tece considerações de caráter mais bíblico-teológico. A melhor explicação do sofrimento humano deve-se buscar no Cristocentrismo. A misericórdia é a chave que abre a porta do mistério do sofrimento. Esta misericórdia divina na Bíblia é expressada pelo ventre materno. Ela representa o rosto materno de Deus (p. 110). Nesta tentativa de explicar o mistério do sofrimento Valfredo Tepe abre uma perspectiva nova para a teologia feminina: “Talvez precisemos de mais teologia feminina para ouvirmos falar do Deus da misericórdia, que tem o coração aberto para as misérias e sofrimentos dos seus filhos, e que nada mais deseja tão ardentemente do que levantá-los e consolá-los: *Como uma pessoa que sua mãe consola, assim eu vos consolarei*” (Is 66,13).

O autor procura iluminar o sentido do sofrimento humano pelo tema da criação, onde encontra o amor misericordioso de Deus. Recorre, em seguida, ao tema da encarnação e da redenção. Analisa o sofrimento do Filho de Deus, solidário com todo sofrimento humano. Esta solidariedade do sofrimento do Filho de Deus é o primeiro aspecto da “resposta” que o Pai dá à questão do sentido do sofrimento. Mas esta solidariedade está também na vitória de Cristo sobre a morte, pela ressurreição. O autor aprofunda esta “resposta” buscando uma chave trinitária do sofrimento. Esta aparece clara no amor de Deus que se esvazia de si mesmo no Filho (Filipenses 2) e que aprende a obedecer ao plano do Pai (Hebreus 5,7-9). A exemplo de Deus que se esvazia e aprende a obedecer, devemos nós, pelo sofrimento, aprender a amar. O novo céu e a nova terra que esperamos serão obra de Deus (Ap 21,1-5). São a fase final do Projeto de Deus e têm como símbolo o Cordeiro imolado, mas que está sentado no trono, triunfante (Ap 7,10).

O próprio autor, na conclusão, aponta para a chave que procurou desenvolver na busca de uma explicação para o sentido do sofrimento humano: “Usando a chave trinitária, ouvindo e seguindo a Cristo que ‘abre e ninguém fecha’ (cf. Ap 3,7), descobrimos duas iluminações do obscuro mistério do sofrimento. Uma luz vem da origem: o amor. O amor é constitucionalmente kenótico: extático no céu e doloroso na terra. O sofrimento se enraíza nesta origem: no amor, não no sadismo nem em vingança punitiva: *É para vossa educação que sofreis. Deus vos trata como filhos* (Hb 12,7). Outra luz vem do fim intencional de toda a criação: a ressurreição: *O sofrimento do tempo presente não tem proporção com a glória que deverá realizar-se em nós* (Rm 8,18)”.

Recomendamos a leitura atenta e meditativa desta bela obra. Trata-se de um verdadeiro testemunho de vida, de um testemunho de um sábio cristão. Os leitores, atribulados pelo sofrimento pessoal ou solidários com o sofrimento muitas vezes injusto e desmedido de tantos irmãos e irmãs, encontrarão nestas páginas

uma luz que os levará a viver mais intensamente a vida cristã. A resposta ao sofrimento é ser solidário pelo amor com os sofredores. Porque, como diz um provérbio: Alegria partilhada é alegria dobrada: sofrimento repartido é sofrimento diminuído.

Ludovico Garmus